



Análise discursiva da matéria "Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins"

Discursive analysis of the article "Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins"

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

RESUMO

Este artigo objetiva compreender os efeitos de sentido produzidos pela notícia "Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins", para além de buscar entender o efeito da superficialidade dos dados estatísticos apresentados em seu interior. Para tanto, os fundamentos conceituais que orientam a investigação desenvolvida, partem dos dispositivos interpretativos centrais da Análise de Discurso: condições de produção, interdiscurso e heterogeneidade. Por meio desta investigação, foi possível demonstrar que a matéria não apenas comunica uma informação estatística sobre a desigualdade salarial, mas também atua como agente de naturalização e homogeneização de uma realidade profundamente marcada por assimetrias estruturais.

Palavras-chaves: Desigualdade; Tocantins; Análise do Discurso.

ABSTRACT

This article aims to understand the effects of meaning produced by the news report "Wage inequality between men and women increases by 1.02% in Tocantins", going beyond a mere examination of the superficiality of the statistical data it presents. To this end, the conceptual foundations guiding the investigation are drawn from the central interpretive tools of Discourse Analysis: conditions of production, interdiscourse, and heterogeneity. Through this analytical approach, it was possible to demonstrate that the report not only conveys statistical information regarding wage inequality but also operates as an agent of naturalization and homogenization of a reality deeply marked by structural asymmetries.

Keywords: Inequality; Tocantins; Discourse Analysis.

*Correspondência:

Autor: Thiago Barbosa Soares

Email:

thiago.soares@mail.uft.edu.br

Recebido: 12/05/2025

Aceito: 14/07/2025

Publicado: 31/08/2025

Licença

Copyright (c) 2025 Revista
Voos Polidisciplinar

Este trabalho está licenciado
sob uma licença [Creative Commons Attribution-
NonCommercial 4.0
International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

INTRODUÇÃO

Há tempos que as desigualdades entre homens e mulheres formatam a sociedade. As desigualdades de gênero possuem raízes profundas, frequentemente associadas ao desenvolvimento das sociedades agrícolas e à divisão sexual do trabalho. Autores como Lerner argumentam que a subordinação das mulheres surgiu com a transição para sociedades patriarcais estruturadas em torno da propriedade privada e da herança (Lerner, 2019). Na Mesopotâmia, o *Código de Hamurábi* (c. 1750 a.C.) estabelecia diferenças legais entre homens e mulheres, como direitos de propriedade e punições. No Egito antigo, apesar de relativa autonomia feminina, cargos de poder eram majoritariamente masculinos (Tyldesley, 1994).

Já na Grécia clássica, filósofos como Aristóteles defendiam a inferioridade natural das mulheres, ideia que influenciou a cultura ocidental (Aristóteles, 2022). Os textos religiosos, como a Bíblia (Gênesis 3:16) e o Alcorão (Surah 4:34), reforçaram papéis de submissão feminina, como ainda hoje o fazem. Pesquisadoras como Armstrong analisam como as religiões abraâmicas consolidaram hierarquias de gênero (Armstrong, 1993) e demonstram seus efeitos até os dias atuais. As religiões, por meio de seus livros sagrados e de suas tradições orais, subsidiaram o processo de sujeição da mulher ao homem, consolidando estruturas rígidas de ordenação social. Por exemplo, na Europa medieval, a Igreja Católica perpetuou a visão da mulher como “pecadora” (Eva) ou “pura” (Maria). A obra *Malleus Maleficarum* (1487), manual de caça às bruxas, simboliza a perseguição à mulher que detinha conhecimentos de fórmulas da natureza, como chás de ervas e rituais de cura (Kramer; Sprenger, 2012).

Mesmo no Iluminismo, apesar da defesa da “igualdade”, excluíram mulheres de direitos. Wollstonecraft, em *Reivindicação dos direitos da mulher* (2016), criticou filósofos como Rousseau por negligenciarem a educação feminina (Wollstonecraft, 2016), uma vez que nem a mencionava em seus escritos, legando um vazio no tocante a uma pedagogia voltada à mulher. Por sua vez, a Revolução Industrial intensificou a separação entre a esfera pública (masculina) e a privada (feminina). Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, vinculou a opressão feminina ao surgimento da propriedade privada (Engels, 2010), sendo um dos primeiros a aventar a hipótese

posteriormente aprofundada por Lerner (2019). Na contemporaneidade, Bourdieu, em *A dominação masculina* (1999), analisa a dominação do homem como uma construção histórica e simbólica, naturalizada por estruturas sociais (família, escola, Estado) e internalizada no fazer diário, perpetuando hierarquias de gênero.

Diante de um simplificado levantamento bibliográfico acerca de assimetrias entre mulheres e homens, verifica-se que modificações significativas já foram operadas no circuito coletivo, contudo, parece, como é possível entender pelo título da matéria “Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins” (Helen, 2025) – publicada no periódico virtual Jornal Opção Tocantins em 11 de abril de 2025 –, que ainda é necessário cuidado ao afirmar que a igualdade completa foi alcançada. Nesse direcionamento, este artigo objetiva compreender os efeitos de sentido produzidos pela referida notícia sobre a desigualdade de gênero, para além de buscar entender o efeito da superficialidade dos dados estatísticos apresentados em seu interior. Para a realização desta investigação, convoca-se a Análise do Discurso materialista para, por meio de seus instrumentos, dispor dos devidos equipamentos de exame.

Com vistas a conferir maior coesão interna e clareza expositiva à linha argumentativa adotada, esta investigação está organizada em três seções principais (além da presente introdução) claramente sinalizadas por seus respectivos nomes em destaque. A primeira, sob o título **Considerações teórico-metodológicas**, apresenta os fundamentos conceituais que orientam a análise desenvolvida, com ênfase nos dispositivos interpretativos centrais da Análise de Discurso: condições de produção, interdiscurso e heterogeneidade. A seguir, a seção **Desigualdade salarial entre homens e mulheres: uma análise** dedica-se à aplicação desses operadores, oferecendo uma leitura crítica dos efeitos de sentido mobilizados pela materialidade discursiva da notícia sob exame. Por fim, a seção **Considerações finais** sintetiza os principais achados deste estudo, propondo uma reflexão que articula, de modo rigoroso, os referenciais teóricos mobilizados no percurso analítico empreendido, destacando seus possíveis e eventuais desdobramentos interpretativos e epistemológicos.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Conforme explicitado na seção anterior, aqui se empreende um recenseamento dos operadores discursivos que possibilitam uma análise da notícia “Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins” (Helen, 2025). Para tanto, então, é preciso a descrição dos conceitos eleitos: condições de produção, interdiscurso e heterogeneidade. Todavia, para que o leitor depreenda do que se trata efetivamente a investigação e como as noções mencionadas são aplicadas, importa descrever o objeto sobre o qual se pode interpretar por meio de tais instrumentos advindos da Análise do Discurso materialista, isto é, o próprio discurso. Em outros termos, volta-se à discursividade presente na textualidade do produto jornalístico para o exame pretendido por este artigo. Por tal razão, o desenho delineador do discurso é imprescindível.

Para a Análise do Discurso materialista, entre outras teorias da mesma natureza, o discurso, como a manifestação do funcionamento do próprio circuito social em microescala, abarca a historicidade textualizada em um objeto cultural de tal maneira que se propôs uma investigação que levem em consideração os fenômenos sociais. Por poder ser considerado “efeito de sentidos entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2010, p. 81), o discurso permite sua leitura verticalizada, não apenas uma leitura linearizada segundo a qual o texto, ou outro objeto simbólico, é, a um só tempo, o ponto de partida e o ponto de chegada. Desse modo compreendido o discurso, tem-se que sua exterioridade não é um “fora” do discurso, antes, sua condição de compreensão contingencial, resolvendo, assim, a dicotomia reducionista existente entre texto e contexto, entre interioridade linguística e realidade extralinguística.

É precisamente segundo a orientação tracejada acima que Soares (2022) assevera: “As condições de produção estabelecem as relações de força no interior do discurso e mantém a língua em uma relação necessária com o seu exterior, constituindo, desse modo, o sentido no texto” (Soares, 2022, p. 213). Com tal proposição clarificadora das condições de produção, Soares (2022) evidencia a impossibilidade de dissociar linguagem e história, estrutura linguística e materialidade social. A língua, portanto, não é um meio transparente ou neutro de expressão, mas um campo de disputa simbólica, cujo funcionamento é indissociável da exterioridade que o sustenta. O sentido, longe de ser uma essência estável e imanente ao texto, é o efeito dessa relação dinâmica e tensa entre a língua e seus atravessamentos históricos e ideológicos.

Na perspectiva teórica proposta por Pêcheux (2010), a qual norteia este artigo, o interdiscurso constitui o alicerce histórico-ideológico sobre o qual qualquer produção discursiva ergue-se. Trata-se de um campo de dizeres anteriores que, ainda que não estejam imediatamente presentes no ato enunciativo (no texto sob exame), o antecedem e o determinam. Como afirma Pêcheux (2010): “Todo discurso está em relação com outros discursos: esse conjunto de relações é o interdiscurso” (Pêcheux, 2010, p. 157). A partir dessa concepção, compreende-se que não há discurso absolutamente originário ou autônomo; ao contrário, todo dizer é atravessado e constituído por uma rede de enunciados anteriores, que o possibilitam e ao mesmo tempo o limitam.

Tal entendimento inscreve-se no interior da Análise de Discurso materialista, que se distancia das abordagens formalistas da linguagem ao incorporar a noção de memória discursiva, entendida não como um simples repositório de conteúdos passados, mas como uma instância ativa e constitutiva do sentido. Assim, cada enunciação se realiza em relação com enunciados já proferidos, ainda que essa relação não seja necessariamente consciente ou explícita. Trata-se de uma inscrição do sujeito numa cadeia discursiva mais ampla, marcada por processos de repetição, reinterpretação, apagamento e deslocamento de sentidos (Orlandi, 2008).

Portanto, o sujeito falante, ao enunciar, não o faz a partir de uma posição de pura originalidade criadora; sua fala é, antes, um efeito da história e da ideologia, e o sentido que emerge de sua enunciação é inseparável das formações discursivas que o precedem. O interdiscurso, nessa acepção, é condição de possibilidade do próprio discurso, evidenciando que todo dizer é sempre já dito, ainda que de forma renovada e atravessada por novas relações de força. Assim, é preciso considerar, em articulação com o interdiscurso, o conceito de heterogeneidade, igualmente fundamental para compreender a composição do sentido e seus efeitos no interior do discurso. Se o interdiscurso aponta para a inscrição do sujeito em uma rede histórica de dizeres anteriores, a heterogeneidade evidencia que esse sujeito não fala de uma posição unívoca ou homogênea, mas é atravessado por múltiplas vozes e instâncias enunciativas.

Ora, como a heterogeneidade apresenta-se como uma resposta à proposição da multiplicidade de vozes por meio das quais o próprio interdiscurso compõe-se, especialmente nos trabalhos de Authier-Revuz (2004), a heterogeneidade aparece como

um traço constitutivo da linguagem, indicando que o discurso jamais é a expressão pura de uma subjetividade coesa. Authier-Revuz (2004) diferencia a heterogeneidade mostrada da heterogeneidade constitutiva: a primeira diz respeito à presença explícita de outras vozes no discurso, como no uso de citações ou discurso relatado; a segunda, mais radical, diz respeito à própria impossibilidade de um dizer inteiramente próprio, dado que todo enunciado é, por natureza, povoado por outras vozes e sentidos.

Essa concepção aproxima-se da noção bakhtiniana de dialogismo, segundo a qual toda enunciação se constitui como resposta a outras enunciações e antecipa possíveis réplicas. Assim, o sujeito enunciador não é soberano nem totalmente consciente da complexa tessitura de discursos que o atravessa. Como afirma Authier-Revuz (2004, p. 182), “o discurso é sempre outro no mesmo”, isto é, marcado por uma alteridade interna que impede qualquer transparência da linguagem em relação ao pensamento. A heterogeneidade, portanto, não é um elemento acidental ou decorativo no discurso, mas sim uma marca constitutiva de sua materialidade. Ela revela a multiplicidade de posições discursivas em jogo, as tensões entre diferentes formações ideológicas e a instabilidade própria dos sentidos. Em diálogo com a memória discursiva (Orlandi, 2008) e com as relações interdiscursivas (Pêcheux, 2010), a heterogeneidade permite compreender que o discurso é sempre espaço de disputa, onde vozes diversas entrecruzam-se, enfrentam-se, silenciam-se e, necessariamente, transformam-se mutuamente.

Visto que o escopo desta seção encontra-se plenamente contemplado pela exposição orgânica e articulada dos operadores teóricos que alicerçam a perspectiva discursiva aqui adotada — a saber, as condições de produção, o interdiscurso e a heterogeneidade enunciativa —, cumpre agora transitar para a seção subsequente, na qual tais categorias deixam o campo da abstração conceitual para operar de modo analítico sobre os materiais empíricos. Nesse novo momento do percurso investigativo, os referidos operadores serão convocados a agir em sua potência interpretativa, isto é, não apenas como quadros explicativos, mas como dispositivos teórico-metodológicos capazes de revelar os modos pelos quais o sentido se constitui no interior de práticas discursivas concretas, marcadas por injunções históricas, ideológicas e institucionais específicas. Em suma, trata-se agora de fazer com que o discurso diga mais do que aparenta dizer, revelando, sob sua superfície textual, as marcas do conflito simbólico que o constitui.

DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES: UMA ANÁLISE

Nesta seção, envereda-se pela análise propriamente dita da notícia “Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins” (Helen, 2025), publicada no periódico virtual Jornal Opção Tocantins em 11 de abril de 2025, por meio do emprego do instrumental da Análise do Discurso materialista recenseado anteriormente. Para tanto, impõe-se, como exercício preliminar indispensável, a descrição acurada das condições históricas que circunscrevem a matéria em análise. Tal empreitada exige um rastreamento meticuloso do portal em que se veiculou a produção jornalística, uma vez que os espaços midiáticos não apenas difundem discursos, mas também os moldam segundo determinadas matrizes ideológicas, econômicas e institucionais. Compreender a gênese e a trajetória editorial do referido veículo de comunicação permite situar a notícia em suas devidas condições de produção, revelando os mecanismos de legitimação, seleção e enquadramento da informação.

No direcionamento dado acima, mostra-se necessário delinear as condições históricas que conformam a matéria em foco, o que implica proceder a um exame genealógico do portal responsável pela veiculação da produção jornalística. O Jornal Opção — que em sua gênese ostentava apenas essa designação, sem o adendo regional — reivindica para si a herança simbólica do extinto Opinião, periódico fundado na década de 1970 com a declarada intenção de confrontar o regime autoritário então vigente e de, como se lê em sua própria apresentação institucional, “interpretar o Brasil” (Jornal Opção Tocantins, 2023, p. 1, aspas do original). Conforme documentado em sua plataforma digital, esse agente comunicacional passou a atuar no estado do Tocantins a partir de 2009, assumindo então a denominação Jornal Opção Tocantins, ao mesmo tempo em que estruturava uma base permanente na cidade de Palmas; movimento estratégico que lhe conferiu a possibilidade de publicar conteúdos editoriais com recorte local exclusivo. No entanto, a narrativa identitária apresentada pelo próprio veículo evidencia uma inscrição discursiva que não emerge de uma interioridade regional, mas sim de uma exterioridade interpretativa: ou seja, da ótica do Outro sobre a região Norte do Brasil. Ainda que reivindique um vínculo orgânico com o território tocantinense, a linhagem editorial do jornal remonta ao Opinião, cuja fundação teve lugar em Brasília, no ano de 1970, elemento que complexifica sua pretensa

vocação regional ao situá-lo numa tradição discursiva centrada no eixo político e intelectual do Centro-Sul.

A partir da exposição minuciosa das condições históricas que engendraram a matriz discursiva do Jornal Opção Tocantins, torna-se possível avançar para a etapa subsequente do percurso analítico, a saber, a investigação interpretativa do corpus selecionado, considerado em sua totalidade textual. Tal exame será empreendido com base na versão publicada em 11 de abril de 2025 no referido veículo de comunicação, cuja trajetória institucional e posicionamento ideológico, como já demonstrado, não apenas configuram o pano de fundo da enunciação, mas intervêm ativamente na tessitura dos sentidos veiculados. Nesse contexto, a análise do material jornalístico não se reduz a uma decodificação superficial de seus enunciados constituintes, mas se propõe a descrever e interpretar as operações discursivas subjacentes, inseridas num campo mais amplo de disputas simbólicas e de regimes de visibilidade que operam na e pela linguagem midiática, como se pode verificar mais adiante por meio do exame da notícia, que se encontra abaixo integralmente.

Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins, diz relatório

Situação reforça desafios da equidade de gênero no mercado de trabalho; 3º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios, divulgado pelo Governo Federal, revelou que as mulheres agora recebem, em média, 19,69% menos que os homens

O 3º relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios, divulgados pelo Governo Federal, mostra que a diferença salarial entre homens e mulheres no Tocantins cresceu 1,02% em relação ao ano passado. Em 2024, as mulheres recebiam 18,67% a menos que os homens, e agora a discrepância é de 19,69%. A diferença salarial continua alta no Brasil, com um aumento de 0,18% desde o último relatório, chegando a 20,87%.

No Tocantins, a média salarial feminina é de R\$2.478,78, enquanto a masculina é de R\$3.086,54. Com esse índice, o estado ocupa a 15ª colocação entre as 27 unidades da federação, situando-se praticamente no meio do ranking nacional. Apesar de ainda estar abaixo da média nacional de 20%, apresenta um preocupante crescimento da desigualdade, até mesmo entre as mulheres, onde o fator racial também influencia: mulheres negras recebem 32,4% a menos em relação às mulheres não negras.

Entre os estados com menor desigualdade salarial, destacam-se: Pernambuco, com diferença de apenas 9,14%; Acre, com 9,89%; e Distrito Federal, onde a diferença é de 9,97%. Já os estados com maior disparidade

são: Paraná, com 28,54% de diferença; Espírito Santo, logo atrás com 28,53%; e Santa Catarina, com 27,96%.

Embora Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina apresentem os maiores índices de desigualdade, registraram redução na porcentagem desde o último relatório, enquanto o Tocantins se encontra com a 2ª maior disparidade percentual, perdendo apenas para a Paraíba, com 1,44%. Números que destacam a necessidade urgente de ações para promover a igualdade salarial no Estado.

Com a implementação da Lei de Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023) as políticas públicas de equidade de gênero ganharam força no país. A lei exige que empresas com mais de 100 funcionários divulguem relatórios semestrais com informações sobre salários e cargos, segregados por gênero, raça e etnia.

Caso haja desigualdade sem justificativa objetiva, a empresa precisa implementar plano de ação para mitigar a desigualdade, na hipótese de descumprimento pode ser multada em até 3% da folha de salários do empregador, limitado a 100 salários mínimos (Helen, 2025).

Como mencionado anteriormente, o Jornal Opção Tocantins é uma ramificação regional de um projeto editorial com origens em Brasília e enraizado historicamente em uma matriz discursiva oposicionista ao regime ditatorial dos anos 1970. Contudo, sua atuação no Tocantins, desde 2009, evidencia uma prática jornalística que frequentemente assume uma posição intermediária entre o comentário opinativo e a reprodução técnica de dados institucionais. Isso se reflete na matéria em questão, que, embora redigida sob o formato de jornalismo informativo, opera em estreita consonância com os dispositivos enunciativos do Governo Federal, em especial os vinculados à agenda de políticas públicas de equidade.

O texto da notícia constrói um ethos de seriedade técnica e de compromisso com a denúncia de injustiças estruturais, baseando-se majoritariamente em dados oficiais (notadamente o 3º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios e a Lei nº 14.611/2023). A autoridade do discurso repousa, portanto, não na interpretação crítica ou na mobilização de fontes plurais, mas na legitimação estatística e jurídica de um cenário que se pretende alarmante: o crescimento da desigualdade salarial entre homens e mulheres no Estado.

Por sua vez, pode-se dizer que a matéria está ancorada em um momento discursivo altamente sensível ao debate sobre gênero e justiça social, marcado pela recente promulgação da Lei da Igualdade Salarial e pelo engajamento público do Governo Federal em políticas interseccionais. Ao situar o Tocantins como um dos estados com crescimento da disparidade salarial, o texto articula a dimensão local ao problema nacional, promovendo

o que Foucault (2008) denominaria de “regionalização dos saberes de governo”: as estatísticas nacionais são territorializadas para reforçar a urgência de medidas locais.

O efeito de sentido dominante é o de alerta moderado, não de denúncia radical. A menção à lei e às sanções aplicáveis às empresas sugere uma crença na eficácia institucional como solução, alinhando-se a uma lógica de governamentalidade neoliberal (Foucault, 2008), em que os dados geram transparência e esta, por sua vez, promoveria a equidade via responsabilização individual (das empresas), não por transformação estrutural. Assim, a matéria cumpre um papel de intermediação entre Estado, empresas e opinião pública, reforçando a função de vigilância cidadã, sem mobilizar repertórios de ação coletiva.

Na matéria em análise, a ausência de qualquer menção às ocupações específicas em que a disparidade salarial entre homens e mulheres se manifesta com maior intensidade não pode ser compreendida como um descuido informativo ou uma limitação editorial circunstancial. Trata-se, antes, de uma operação discursiva reveladora, que delimita estrategicamente o campo do enunciável e revela, em sua forma, uma filiação a um interdiscurso que opera por meio da universalização do sujeito trabalhador. Ao se abster de nomear funções, setores produtivos ou graus de inserção no mercado de trabalho, o texto constrói uma figura abstrata e homogênea do trabalhador, desprovida de marcas sociais concretas, como classe, gênero, raça, escolaridade, função exercida ou nível de formalização. Esse sujeito genérico, apresentado como medida comum da desigualdade, não apenas oculta as múltiplas determinações que atravessam a experiência laboral das mulheres, mas também esvazia o potencial crítico do próprio discurso, ao despolitizar as condições materiais da desigualdade.

Esse apagamento opera um duplo efeito: por um lado, homogeneíza o fenômeno da disparidade salarial, como se ele se distribísse de modo uniforme por todas as esferas do mercado de trabalho; por outro, impede que o leitor acesse a complexidade estrutural que sustenta essa desigualdade, cuja reprodução é historicamente ancorada em hierarquias de gênero e raça associadas a funções específicas e setores sistematicamente desvalorizados. A ausência de qualquer referência, por exemplo, a profissões majoritariamente femininas e sub-remuneradas impede a visualização dos mecanismos concretos pelos quais a desvalorização simbólica e econômica das mulheres se efetiva. A

desigualdade, assim, é deslocada do plano estrutural para o plano das médias estatísticas, produzindo um efeito de neutralidade e tecnicismo que encobre as relações de poder implicadas na organização social do trabalho.

Sob a ótica da Análise de Discurso materialista, empregada neste artigo, essa operação é significativa, pois manifesta o modo como o interdiscurso dominante atua para silenciar a heterogeneidade constitutiva do espaço social. A exclusão das particularidades ocupacionais não apenas esvazia a materialidade histórica da enunciação, mas também contribui para a manutenção de uma economia discursiva regulada por um ideal liberal de mercado, no qual a desigualdade aparece como anomalia pontual, e não como expressão de lógicas sistêmicas de exploração. O sujeito trabalhador, nessa perspectiva, não é uma entidade plural e situada, mas uma abstração funcional que atravessa o discurso jornalístico como operador de consenso. Esse processo, que Foucault (2009) descreveria como um efeito dos regimes de verdade que regulam o campo do dizível, evidencia que tanto o que se diz quanto o que se silencia são elementos estruturantes do discurso e participam ativamente da produção de sentido e de poder.

Diante do que foi apresentado, o texto jornalístico em questão apresenta uma heterogeneidade mostrada ao mobilizar categorias identitárias como gênero e raça, especialmente ao assinalar que mulheres negras recebem, em média, salários significativamente inferiores aos das mulheres não negras. Essa referência, à primeira vista, sugere uma abertura discursiva para o reconhecimento das interseccionalidades que atravessam o mercado de trabalho, expondo a assimetria que penaliza duplamente sujeitos posicionados em cruzamentos de subalternização. Contudo, tal heterogeneidade é de ordem superficial e restrita, pois opera nos limites daquilo que a discursividade dominante admite como visível e enunciável sem tensionar, de fato, suas estruturas. Ela permanece no plano de uma taxonomia identitária que, embora necessária, não é suficiente para desvelar as determinações materiais e simbólicas que conformam a realidade concreta do trabalho feminino.

O que se observa, portanto, é a ausência daquilo que Authier-Revuz (2004) conceitua como heterogeneidade constitutiva, isto é, a pluralidade de vozes sociais, posições de sujeito, saberes e experiências que atravessam qualquer formação discursiva. Tal forma de heterogeneidade não se reduz à enunciação explícita de marcadores identitários, mas diz

respeito à presença de discursos outros que, mesmo quando silenciados ou elididos, estruturam as condições de produção de sentido. No caso da matéria jornalística analisada, a não especificação dos tipos de ocupação ou dos setores produtivos em que as desigualdades se manifestam com maior virulência constitui um apagamento que desmaterializa o fenômeno. A desigualdade salarial passa a figurar como um dado estatístico abstraído das práticas laborais concretas e das relações históricas de exploração e desvalorização que incidem sobre corpos generificados e racializados.

Essa dissociação entre o dado e sua inscrição social efetiva reduz a desigualdade a uma diferença percentual tecnicamente mensurável, esvaziando-a de sua dimensão política e histórica. Torna-se possível, assim, afirmar a existência de disparidades salariais sem que se interroguem as formas concretas de trabalho que as produzem, reproduzem e legitimam. A heterogeneidade mostrada, nesse sentido, funciona como um marcador de legitimidade discursiva, enquanto a constitutiva é relegada à invisibilidade, reforçando a lógica de um discurso que, ao mesmo tempo em que se apresenta como comprometido com a equidade, preserva o núcleo de racionalidade técnica e normativa do mercado.

Esse movimento revela o funcionamento do interdiscurso neoliberal que estrutura a narrativa jornalística: um regime discursivo que tolera a visibilidade das desigualdades desde que estas possam ser absorvidas pelas formas de gestão estatística e regulação institucional. A crítica profunda das estruturas laborais, das hierarquias produtivas e das funções precarizadas permanece ausente, silenciada sob a forma de uma enunciação seletiva que prefere quantificar a desigualdade do que historicizá-la. Assim, a heterogeneidade constitutiva, que poderia mobilizar sentidos dissensuais e tensionar a normatividade da ordem vigente, é neutralizada em prol de uma racionalidade discursiva compatível com os regimes de verdade dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do propósito analítico de compreender os efeitos de sentido mobilizados pela matéria jornalística intitulada “Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins” (Helen, 2025), o percurso interpretativo empreendido não se restringiu à constatação empírica da superficialidade dos dados estatísticos que compõem a tessitura

textual. Ao contrário, buscou-se, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação materialista, investigar como as formas de dizer, os silenciamentos, as escolhas lexicais e as estruturas de enunciação articulam-se às condições de produção históricas, institucionais e ideológicas nas quais o discurso se inscreve. Para tanto, mobilizaram-se como operadores interpretativos centrais as categorias de condições de produção, interdiscurso e heterogeneidade, compreendidas não como elementos isolados, mas como dimensões interdependentes que permitem acessar os modos pelos quais o discurso se constitui como prática material e simbólica, inserida na luta pela significação.

A categoria de condições de produção permitiu mapear os elementos históricos, sociais e midiáticos que configuram o espaço de emergência da notícia, revelando o modo como determinados dizeres tornam-se possíveis, enquanto outros são interditados ou relegados ao silêncio. O interdiscurso, por sua vez, viabilizou a apreensão das vozes alheias que atravessam o texto, estruturando-o como campo de disputas simbólicas, mesmo quando essas vozes são reduzidas, neutralizadas ou apagadas. Já a noção de heterogeneidade, tanto mostrada quanto constitutiva, possibilitou a identificação dos limites da pluralidade representada no texto e, sobretudo, evidenciou os processos de apagamento de sujeitos, saberes e práticas que não se coadunam com a racionalidade hegemônica do mercado de trabalho.

Através desse instrumental analítico, foi possível demonstrar que a matéria não apenas comunica uma informação estatística sobre a desigualdade salarial, mas também atua como agente de naturalização e homogeneização de uma realidade profundamente marcada por assimetrias estruturais. Os efeitos de sentido produzidos não são, portanto, meramente descritivos ou informativos, mas performativos, na medida em que contribuem para a sustentação de um imaginário discursivo que desmaterializa o trabalho, despolitiza a desigualdade e oculta os mecanismos concretos de exclusão. Nesse sentido, pode-se afirmar que o objetivo inicialmente proposto foi plenamente alcançado, já que a análise permitiu desnudar os modos pelos quais o discurso jornalístico articula-se às formações ideológicas que o sustentam, revelando as operações de silenciamento, seleção e legitimação que o estruturam enquanto prática discursiva.

Em face do exame empreendido, torna-se evidente a relevância de investigações que se valem da Análise do Discurso materialista para interrogar os sentidos estabilizados que circulam no interior de discursos jornalísticos, sobretudo quando estes se debruçam sobre temas sensíveis como a desigualdade de gênero e raça no mundo do trabalho. Estudos dessa natureza não apenas desvelam os mecanismos discursivos que produzem apagamentos e naturalizações, mas também contribuem para a construção de uma crítica das formas de saber que organizam o campo do visível e do dizível nas sociedades contemporâneas. Ao evidenciar que todo dizer é atravessado por condições materiais e formações ideológicas, reafirma-se a importância de se compreender o discurso como prática social e política, cuja análise exige rigor teórico, escuta atenta às multiplicidades silenciadas e compromisso com a historicidade dos sentidos. Em tempos marcados pela intensificação das desigualdades e pela tecnificação dos debates públicos, análises discursivas como a presente mostram-se imprescindíveis para resistir à lógica da simplificação e para reintroduzir, no coração da linguagem, a complexidade dos sujeitos, das relações de poder e das estruturas sociais que os constituem.

REFERÊNCIAS

ALCORÃO. **Surata 4**: 34. Tradução de Samir El Hayek. São Paulo: Editora Best Seller, 2006.

ARISTÓTELES. **Política** (Livro I). Tradução de Roberto Gross. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Citações na citação: formações de saber e heterogeneidade enunciativa. Tradução de Diana Luz Pessoa de Barros. In: BRANDÃO, Helena H. Nagamine (org.). **Análise de discurso**: caminhos e interlocuções. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 177–196.

BÍBLIA. **Gênesis**. 3:16. Tradução de Carlos Mesters. São Paulo: Paulus, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

JORNAL OPÇÃO. 2 novos jornais: os filhos gêmeos do **Jornal Opção**: no Tocantins e no Entorno de Brasília. **Jornal Opção**. 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/bastidores/2-novos-jornais-os-filhos-gemeos-do-jornal-opcao-no-tocantins-e-no-entorno-de-brasilia-550641/#:~:text=O%20Jornal%20>. Acesso em: 4 maio. 2025.

HELEN, Amanda. Desigualdade salarial entre homens e mulheres cresce 1,02% no Tocantins, diz relatório. **Jornal Opção Tocantins**, 11 abr. 2025. Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-cresce-102-no-tocantins-diz-relatorio-556665/>. Acesso em: 2 maio 2025.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum**. Tradução de Montague Summers. Londres: Pushkin Press, 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2008

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani *et. al.* 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percurso Discursivo**: heterogeneidades epistemológicas aplicadas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

TYLDESLEY, Joyce. **As filhas de Ísis**: mulheres no Antigo Egito. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação pelos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.